



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Copa Energia tem o prazer de apresentar seu Relatório Anual da Administração de 2023, que desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e do compromisso com uma prestação de contas de qualidade. Além disso, com esta publicação, a empresa busca manter uma comunicação próxima com seus colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e a sociedade em geral.

mensagem do presidente

Prezados leitores, O ano de 2023 foi bastante significativo em nossa jornada na Copa Energia, representando a consolidação do processo de integração das empresas Copagaz e Liqüigás, resultado da aquisição em 2020.

Buscamos capturar sinergias do negócio, avaliando cuidadosamente cada estrutura, otimizando os fluxos logísticos, macroprocessos e fortalecendo o ambiente corporativo. Nossa abordagem visou preservar o que de melhor existe até aqui, e no mais buscamos dinâmica alinhada com as melhores práticas, melhores processos, enfim fomos ao encontro de inovação sem perder a essência daquilo de bom que nos trouxe até aqui.

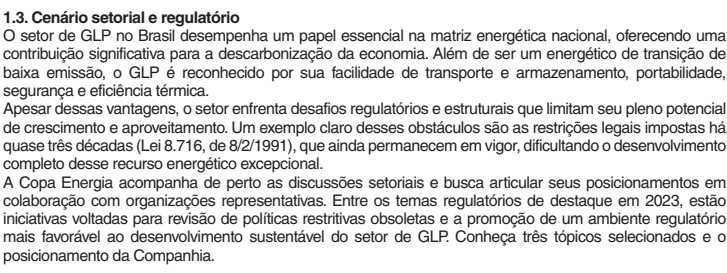
Um ponto relevante de nossa estratégia neste período de transição foi a forma legítima de relacionamento que estabelecemos com nossos stakeholders, isto fez com que percebêssem e reagíssem de forma contributiva durante período de integração e às mudanças estruturais que implementamos. Essa escuta desenvolvida com nossos parceiros desempenhou um papel crucial, pois foi o que nos permitiu desenvolver soluções duradouras e estruturais.

Revisitamos nosso planejamento estratégico no final de 2023, delineamos claramente nossas principais rotas de crescimento. Estamos participando, no projeto de construção de um novo terminal no Complexo Portuário de Suape (PE), que adicionará 60 mil toneladas de capacidade de armazenamento de GLP, expandindo significativamente a infraestrutura portuária do País.

1. COPA ENERGIA

1.1. Perfil organizacional

Atualmente, a Copa Energia é líder no mercado brasileiro na distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha, detendo 24,2% de participação, com mais de 9,4 mil revendas e operações em 24 Estados e no Distrito Federal. Sua infraestrutura inclui 54 unidades operacionais, abrangendo 24 Centros Operativos e 30 Depósitos Avançados, Escritórios Comerciais e Matriz.



3.1. Cenário setorial e regulatório O setor de GLP no Brasil desempenha um papel essencial na matriz energética nacional, oferecendo uma contribuição significativa para a descarbonização da economia. Além de ser um energético de transição de baixa emissão, o GLP é reconhecido por sua facilidade de transporte e armazenamento, portabilidade, segurança e eficiência térmica.

1.3.1. Liberação de novos usos do GLP

A Copa Energia reconhece a importância de reavaliar as restrições ainda presentes sobre o uso do gás em diversos segmentos, envolvendo, por exemplo, motores a diesel. Essas limitações, inicialmente estabelecidas durante a Guerra do Golfo em 1991, quando o GLP era amplamente subsidiado e havia preocupações sobre seu uso indiscriminado, estão desatualizadas diante do atual contexto econômico e de mercado.

1.3.2. Importância de respeitar a marca

A Copa Energia defende a regulação econômica que determina às empresas o uso apenas de seus botijões para envase para comercialização de GLP, compreendendo que esse é um meio de respeitar o direito de escolha do consumidor, garantindo transparência e rastreabilidade no processo.

1.3.3. Combate à pobreza energética

A Copa Energia compreende que o acesso a uma energia segura é um direito dos brasileiros. Por isso, promove e valoriza iniciativas que facilitem o acesso de populações vulneráveis ao GLP, e evita que elas migrem para o uso doméstico de lenha e carvão, que representam uma maior exposição ao risco de desenvolver problemas cardiopulmonares, cardiovasculares, entre outros riscos à saúde.

Recentemente, foram propostos no Congresso Nacional aprimoramentos a essa benefício, incluindo a vinculação do auxílio à compra efetiva de GLP (garantia do uso do recurso para essa finalidade), bem como a extensão de sua vigência por 10 anos - melhorias que a empresa avalia positivamente.

1.4. Produtos e soluções A Copa Energia apresenta um portfólio de produtos e serviços baseados na oferta de GLP, que é uma mistura de gases derivados do petróleo, principalmente propano e butano. Conheça a seguir os segmentos em que o GLP é comercializado e as suas aplicações:

1.4.1. Segmento residencial

O GLP é utilizado amplamente nos lares brasileiros como combustível para coção de alimentos, sendo conhecido popularmente como gás de cozinha, porém há outras possibilidades de uso do GLP como aquecimento de chuveiro e torneira, secadora de roupa e climatização de ambientes internos e externos. O principal produto adquirido pelas famílias é o botijão de 13 kg (P13), tamanho conveniente para ser transportado, manuseado e substituído.

1.4.2. Segmento empresarial

Por oferecer alta eficiência energética, um custo até 26,0% menor do que outras fontes de energia e menos emissões de gases poluentes, o GLP da Copa Energia é uma solução confiável, sustentável e econômica para indústrias de variados portes, comércio, prestadoras de serviços, agronegócios e condomínios.

Atualmente, o segmento empresarial responde por 27,0% do volume de vendas da Copa Energia: GLP para indústrias: amplamente utilizado em fornos siderúrgicos, secagem de papel, pintura automotiva, produção têxtil, pasteurização de alimentos, cerâmica, fundições, moldagem de vidros, entre outros processos.

GLP para comércios e serviços: está presente em restaurantes, padarias, lavanderia, hotéis, entre outros estabelecimentos, para climatização, secagem de roupas, aquecimento de água, esterilização e coção de alimentos.

GLP para condomínios: podem se beneficiar do GLP como uma fonte complementar ou substituta de energia, com isenção de taxa de consumo mínimo, contas individualizadas e assistência 24 horas por dia.

1.4.3. Outras soluções

Purgas: gás para aerossóis livre de impurezas, odor e umidade, utilizado na fabricação de produtos como desodorantes, cosméticos, alimentos, medicamentos e inseticidas. Não contribui para o efeito estufa e não é carcinogênico.

Skid Tank: soluções móveis que funcionam como centrais de GLP, montadas em estruturas metálicas de fácil transporte, ideais para instalações sazonais ou onde o abastecimento no local de consumo não é viável.

Flexgas: resultante da mistura de GLP com ar, com características de queima similares ao Gás Natural (GN). Pode substituir ou ser usado como backup ao GN, sem a necessidade de intervenções operacionais.

Table with 3 columns: Nome, Cargo, and details of the Conselho de Administração including Antonio Carlos Moreira Turquetto, Alfredo Egydio Setubal, Jairo Eduardo Loureiro Filho, etc.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Table with 3 columns: Comitê de Finanças, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, and their respective members like Pedro João Zahran Turquetto, Jairo Eduardo Loureiro Filho, etc.

2. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1. Compromissos e metas ESG

A Copa Energia realizou uma revisão de seus compromissos ESG sustentabilidade, alinhados aos direcionadores estratégicos da companhia. Uma das mudanças significativas foi a integração dos eixos Cadeia de Valor e Foco no Cliente, visando promover uma gestão mais integrada e madura dos temas e stakeholders abordados.

Table with 4 columns: Ética e Governança, Nossas Pessoas, Foco no Cliente e Cadeia de Valor, Meio Ambiente. Each column lists key priorities and commitments.

É importante destacar que esses compromissos e metas ESG também estão alinhados a um processo de consulta realizado pela Copa Energia em 2022 com todos os seus stakeholders, com o objetivo de identificar os principais impactos relacionados ao seu negócio e priorizá-los para uma gestão estratégica.

2.2. Marca e comunicação Nos últimos anos, a Copa Energia embarcou em um dos projetos mais estratégicos de comunicação e marketing: o rebranding. Essencialmente, esse processo implicou na substituição dos elementos visuais das RS 91,0 milhões.

2.3. Inovação no setor de energia

A Copa Energia tem sido pioneira em introduzir uma série de inovações no setor de GLP, abrangendo melhorias operacionais, segurança e soluções para o segmento empresarial. Nos últimos anos, a empresa tem intensificado seus esforços para promover um ambiente de negócios mais propício à inovação, expandindo suas conexões com universidades, startups, hubs, órgãos públicos e organizações do terceiro setor.

2.3.1. Pesquisa e desenvolvimento A Copa Energia tem intensificado seus esforços em pesquisa e desenvolvimento, focando na inovação em energias sustentáveis, por meio de parcerias estratégicas com instituições acadêmicas de renome. As colaborações com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade de São Paulo (USP) são exemplos notáveis desses esforços:

Com a UFMS, a Copa Energia explora novas aplicações do GLP, visando sua utilização como combustível de transição sustentável em setores como geração de energia distribuída e agronegócio. Os projetos preveem o uso do GLP em grupos motores geradores e na aeração de tanques para aquicultura, demonstrando a viabilidade econômica, a eficiência energética e a sustentabilidade desse combustível em diversas aplicações.

2.3.2. Compliance e riscos 2.4.1. Programa de Compliance A Copa Energia possui um robusto Programa de Compliance que visa prevenir, detectar e corrigir não conformidades com leis, regulamentos, políticas e diretrizes, promovendo o combate à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e desvios de comportamento.

2.4.2. Comunicação e treinamentos Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

2.4.3. Canal de Denúncias Quem identificar um colaborador ou parceiro da empresa em situação que possa envolver violações de leis e conduta, tais como fraude, corrupção, assédios, conflitos de interesses, entre outros, deve entrar em contato com o Canal de Denúncias da Copa Energia. O contato pode ser feito de forma anônima ou identificada, e é garantida a confidencialidade da identidade do denunciante.

2.4.4. Controles internos A Copa Energia mantém sistemas de controle interno com o objetivo de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e a confiabilidade das informações financeiras e, assim, promover a conformidade com a legislação e as políticas.

2.4.5. Gestão de riscos corporativos Em 2023, a Copa Energia revisou e atualizou seu Mapa de Riscos Corporativos, aprimorando a abordagem de temas relacionados à atual estratégia de negócio. Além dos aspectos contemplados, como financeiros, operacionais, mercadológicos, reputacionais e de recursos humanos, o novo desenho incorpora mais aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança), contribuindo para a implementação de medidas de prevenção e mitigação dentro dessa perspectiva.

3. FOCO NO CLIENTE 3.1. Gestão e desempenho comercial Em 2023, o volume de GLP comercializado pela Copa Energia totalizou 1.798,5 mil toneladas, dividido entre 23,0% para o segmento a granel e 77,0% para o envasado. Esse resultado manteve-se estável em relação ao ano anterior.

3.2. Operações e qualidade Ao longo de 2023, a Copa Energia deu um grande passo na melhoria contínua de suas operações com o desenvolvimento e implementação do projeto ECO - Excelência Copa Energia em Operações. Este projeto foi concebido para aumentar a eficiência operacional, eliminar desperdícios e elevar a qualidade em todas as etapas das operações, adotando uma abordagem inspirada nos princípios do Lean - metodologia focada na criação de valor com o mínimo de desperdício possível, buscando otimizar processos, diminuir custos e o tempo de produção, além de melhorar significativamente a satisfação dos clientes.

3.3. Eficiência logística Nos últimos anos, a gestão logística na Copa Energia tem passado por uma evolução significativa, caracterizada por processos mais dinâmicos, governança mais eficiente e adoção de plataformas de gestão baseadas em dados, que orientam uma tomada de decisão assertiva. Um exemplo notável é a Copa Tower, um sistema capaz de monitorar e gerar rotas otimizadas para entregas, melhorando a eficiência logística do transporte.

4. PESSOAS E CULTURA 4.1. Cultura organizacional A Copa Energia tem dedicado esforços substanciais para fortalecer sua cultura organizacional influenciada não apenas pela integração de toda sua força de trabalho, mas também pela formulação de um novo propósito no setor de energia.

4.2. Plano de carreira A Copa Energia consolidou uma ampla reestruturação da jornada de carreira, visando incentivar o protagonismo dos colaboradores, harmonizar as trajetórias profissionais da Operação e oferecer clareza sobre as diversas possibilidades de desenvolvimento dentro da empresa. Esse processo resultou no lançamento do Copca Carreiras, no início de 2024.

4.3. Diversidade e inclusão A Copa Energia encerrou o ano de 2023 com um total de 4.020 colaboradores, representando um aumento de 7,0% em relação ao ano anterior.

4.4. Sustentabilidade e impacto social A Copa Energia possui um robusto Programa de Compliance que visa prevenir, detectar e corrigir não conformidades com leis, regulamentos, políticas e diretrizes, promovendo o combate à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e desvios de comportamento.

4.5. Segurança e proteção de dados Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.6. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.7. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.8. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.9. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.10. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.11. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.12. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.13. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.14. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.15. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.16. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.17. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.18. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.19. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.20. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.21. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.22. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.23. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.24. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.25. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.26. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.27. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.28. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.29. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.

4.30. Sustentabilidade e impacto social Para fortalecer a cultura de compliance e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho.



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação...

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis...

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez...

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Caixa, Bancos, Aplicações financeiras (I), Total.

(I) As aplicações financeiras são representadas por valores alocados em produtos de baixo risco (perfil conservador) como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Letras Financeiras (LF)...

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS E OUTROS RECEBÍVEIS

Contas a receber, Partes relacionadas (Nota nº 15.1), Outros recebíveis

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Contas a receber, Partes relacionadas, Outros recebíveis, Total.

Perdas de crédito esperadas (PCE) - clientes

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Saldo inicial, Adições, Reversões, Baixas, Total, Ativo circulante, Ativo não circulante.

A provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber...

6.1. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Saldo inicial, Adições, Reversões, Baixas, Total, Ativo circulante, Ativo não circulante.

6.2. Composição dos saldos das contas a receber - a vencer e vencidos (Aging)

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Contas a receber, Contas a receber, Contas a receber, Total.

(*) A Companhia não realiza provisão para PCE de títulos vencidos que possuem garantias.

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e de prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

A mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais está demonstrada na Nota explicativa nº 6 de acordo com a norma CPC 48.

Os valores denominados como "outros recebíveis" são compostos basicamente de alienação de ativos imobilizados.

O prazo médio de recebimento da carteira de clientes é de aproximadamente 19 dias, não havendo, portanto, o julgamento significativo de financiamento aos clientes.

Estimativas e julgamentos relevantes

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

Uma provisão é constituída com base no histórico de perdas verificadas (matriz de provisionamento) nos últimos 12 meses, independente de um título estar vencido ou não.

7. ESTOQUES

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), principalmente material-primária (GLP, Butano e Propano), material secundário e produto acabado.

Os estoques de materiais de consumo são compostos basicamente de materiais operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de terceiros no montante de R\$ 14.990 (R\$ 13.408 em 31 de dezembro de 2022).

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Matéria-primária, Recipientes transportáveis para revenda, Material secundário, Produto acabado, Material de consumo, Outros, Total.

8. INVESTIMENTOS

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Investimentos, Coligadas, Incentivos fiscais (*), Total.

(*) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

8.1. Informações sobre investimentos

Table with 5 columns: Capital, Ações ordinárias, Patrimônio líquido (prejuízo) de exercício, Percentual (%) de participação, 2023, 2022. Rows include Utíngás Armazenadora S.A. (*), Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (**), Metalúrgica Plus S.A. (**).

(*) Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 30 de novembro de 2023.

(**) Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 31 de dezembro de 2023.

8.2. Mutação dos investimentos

Table with 5 columns: 2023, 2022. Rows include No início do exercício, Equivalência patrimonial, Dividendos recebidos, No fim do exercício, Total.

9. IMOBILIZADO

9.1. Composição do imobilizado

Table with 4 columns: 2023, 2022. Rows include Terrenos, Edificações, Instalações industriais, Instalações operacionais, Recipientes transportáveis, Veículos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento/obras em execução, Benfeitorias em propriedade de terceiros, Outros, Total.

(I) O grupo imobilizado em andamento é composto, principalmente, por obras de modernização das filiais de Belém e Suape.

9.2. Movimentação do custo

Table with 6 columns: Saldo 2022, Adições, Baixas, Perdas estimadas (l) rências (*), Saldo 2023. Rows include Terrenos, Edificações, Instalações industriais, Instalações operacionais, Recipientes transportáveis, Veículos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento/obras em execução, Benfeitorias em propriedade de terceiros, Outros, Subtotal - Imobilizado, Edificações, Veículos, Instalações industriais, Computadores e periféricos, Equipamentos e instalações de informática, Subtotal - Direito de uso (arrendamento), Total.

(*) Transferência de imobilizado para o grupo Ativo não circulante disponível para venda R\$ 72.290 (residual de R\$ 69.040), sendo R\$ 68.078 de terrenos, R\$ 3.780 de edificações, R\$ 414 de instalações industriais e R\$ 8 de móveis e utensílios. A Companhia avaliou o imobilizado pelo valor recuperável que está superior ao valor contábil, portanto, não houve ajuste.

(i) Perda por impairment no valor de R\$ 48.517 referente a terrenos cujo valor recuperável é menor que o valor contábil.

Table with 5 columns: Saldo 2021, Adições, Baixas, Transferências (*), Saldo 2022. Rows include Terrenos, Edificações, Instalações industriais, Instalações operacionais, Recipientes transportáveis, Veículos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Imobilizado em andamento/obras em execução, Benfeitorias em propriedade de terceiros, Adiantamento a fornecedores, Outros, Subtotal - Imobilizado, Edificações, Veículos, Equipamentos industriais, Computadores e periféricos, Equipamentos e instalações de informática, Subtotal - Direito de uso (arrendamento), Total.

(*) Refere-se ao crédito extemporâneo de PIS/COFINS.

9.3. Movimentação da depreciação

Table with 6 columns: Taxa depreciação % ao ano, 2022, Depreciação, Baixas, Transferências (*), 2023. Rows include Edificações, Instalações industriais, Instalações operacionais, Recipientes transportáveis, Veículos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Benfeitorias em propriedade de terceiros, Outros, Subtotal - Imobilizado, Edificações, Veículos, Equipamentos industriais, Computadores e periféricos, Equipamentos e instalações de informática, Subtotal - Direito de uso (arrendamento), Total.

(*) Refere-se ao crédito extemporâneo de PIS/COFINS.

10. INTANGÍVEL

10.1. Composição do intangível

Table with 5 columns: 2023, 2022. Rows include Software, Marcas, patentes e direitos, Relacionamentos com clientes, Ágio por rentabilidade futura, Total.

(*) Transferência de intangível para o imobilizado.

10.2. Movimentação do custo

Table with 5 columns: Saldo 2021, Adições, Baixas, Transferências (*), Saldo 2022. Rows include Software, Marcas, patentes e direitos, Relacionamentos com clientes, Ágio por rentabilidade futura, Total.

(*) Contém crédito extemporâneo de PIS/COFINS no valor R\$ 1.310.

10.3. Movimentação da amortização

Table with 6 columns: Taxa amortização % ao ano, 2022, Amortização, Baixas, Transferências (*), 2023. Rows include Software, Marcas, patentes e direitos, Relacionamentos com clientes, Ágio por rentabilidade futura, Total.

(*) Refere-se a crédito extemporâneo de PIS/COFINS.

Política contábil

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por impairment, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota explicativa nº 10).

O ativo intangível é avaliado quando há indicadores de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC).

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), têm a recuperação do seu valor testada pelo menos anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Estimativas e julgamentos relevantes

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O teste de impairment em ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o CPC 01. A Companhia conduziu o teste de impairment com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizando uma taxa de desconto (WACC) de 14,34%, incluindo uma taxa de crescimento de 3,5%, as premissas foram consistentes com práticas passadas e as condições de mercado atuais.

Após a análise, a administração concluiu que não há indicação de perda por impairment, os valores contábeis dos ativos intangíveis são considerados recuperáveis e nenhum ajuste foi necessário.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Passivo circulante, Fornecedores nacionais, Fornecedores - risco sacado, Fornecedores estrangeiros, Partes relacionadas (Nota 15.1), Contas a pagar, Total.

Política contábil

Os fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por duas instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas com a Companhia.

Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga a instituição financeira na data de pagamento do valor nominal total da obrigação originária.

Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e impeditividade do passivo de maneira significativa (preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

12. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS

Os saldos relativos aos salários, férias e encargos, de curto e longo prazos, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Provisão de férias, Participação nos lucros ou resultados - empregados, Participação nos lucros ou resultados - gestores (ICP) 1, Salários e encargos, Plano de incentivo de longo prazo (LIP) 2, Programa de remuneração variável anual (RVA) 3, Total, Passivo circulante, Passivo não circulante.

1 O Programa de Incentivo por Resultados (ICP) foi instituído pela Companhia em 2021 e estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

2 O Plano de Incentivo de Longo Prazo (LIP) foi instituído pela Companhia em 2021 e estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas.

Em 2023, a Companhia efetuou recálculo de acordo com as definições do plano de Incentivo a Longo Prazo (LIP), refletindo o delta do EBITDA dos últimos 3 anos e o saldo da dívida líquida, gerando um complemento de provisão no montante de R\$ 89.255.

3 O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) foi instituído pela Petrobras em 2017 e tem como base o Decreto nº 8.945/2016, artigo 37, parágrafo 8º, e na Lei nº 6.404/1976, artigo 15º e seu parágrafo 1º. Os artigos 34 e 35 do Estatuto Social da LíquidGás, vigente até 23 de dezembro de 2020, estabeleceu os limites e o rito de aprovação da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, bem como os limites da remuneração variável dos diretores.

Como o programa foi descontinuado, por se aplicar às empresas estatais, a Companhia mantém o registro do saldo a pagar aos diretores que permaneceram após a reestruturação do corpo diretivo, cuja liquidação será feita de acordo com o direito adquirido durante a gestão anterior.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Table with 6 columns: Encargos, Taxa, Amortização, Circulante, Não circulante, 2023, 2022. Rows include IPCA, IPCA, CDI, CDI/SWAP.

Empréstimos e financiamentos

Modalidade FINAME Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) Capital de giro Total moeda nacional Cédula de Crédito Bancário - LOAN 4131 Total moeda estrangeira

Emissão

2ª Emissão Série Única 10/12/2030 1.950 1.000 1.950.000 DI + 1,7% a.a. com carência 229.413 1.376.468 229.412 1.605.881

2ª Emissão (juros) Série Única 18/09/2025 200 1.000 200.000 DI + 2,95% a.a. com carência - - 66.667 133.333

4ª Emissão Série Única 18/09/2025 200 1.000 200.000 DI + 2,10% a.a. com carência - - 104 - -

5ª emissão (juros) Série Única 20/12/2030 200 1.000 200.000 DI + 2,10% a.a. com carência - - 104 - -

Subtotal Debêntures 240.163 1.576.468 319.951 1.739.214

Custo emissão - (35.937) - - (38.697)

Subtotal Custos de transação 240.163 1.540.531 319.951 1.700.517

Total 240.163 1.540.531 319.951 1.700.517



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf Hash: 1710192601df9e1ab3138248a0aae9ea6a1805b859

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Movimentação

	Empréstimos e financiamentos			Debêntures		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Total		
Saldo em 31/12/2021				58.152		2.125.384
Ingressos	38.000	-	-	38.000	-	-
Juros e atualização monetária	9.244	-	-	302.982	-	-
Amortização - Principal	(9.946)	-	-	(115.707)	-	-
Amortização - Juros e atualização monetária	(9.114)	-	-	(292.191)	-	-
Saldo em 31/12/2022	87.336			2.020.468		
Ingressos	9.731	-	-	197.922	-	-
Juros e atualização monetária	12.293	-	-	286.070	-	-
Amortização - Principal	(44.932)	-	-	(429.411)	-	-
Amortização - Juros e atualização monetária	(12.768)	-	-	(294.355)	-	-
Saldo em 31/12/2023	51.660			1.780.894		
Passivo circulante	51.367			240.163		
Passivo não circulante	293			1.540.531		

13.3. Prazo de vencimento

	Empréstimos e financiamentos			Debêntures		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Total		
Circulante	28.148	23.219	51.367	240.163		
Total	28.148	23.219	51.367	240.163		
Não circulante					Debêntures	
Empréstimos e financiamentos	293		293	223.420		
2025				263.421		
2026				263.421		
2027				263.421		
2028				263.421		
2029 - 2030				526.848		
Total	293		293	1.540.531		

A Companhia possui alguns contratos de debêntures que incluem cláusulas de compromissos (covenants). Em 31 de dezembro de 2023, os índices requeridos pelas instituições financeiras foram plenamente atendidos pela Companhia (Nota explicativa nº 25.4.2).

13.4. Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos, financiamentos e debêntures			Caixa total			Dívida líquida		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	2.107.804			274.963			1.832.841		
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(47.969)	-	-	247.754	-	-	(295.723)	-	-
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	496.285	-	-	-	-	-	496.285	-	-
Encargos financeiros e variações cambiais	(294.355)	-	-	-	-	-	(294.355)	-	-
Obrigações performadas	(429.411)	-	-	-	-	-	(429.411)	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	1.832.354			522.717			1.309.637		

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorrido na transação e são subsequentemente demonstrados ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação (Nota explicativa nº 13).

14. ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

14.1. Arrendamentos

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	2023	2022	2023	2022
Adições	11.435	23.478	-	-
Remensuração	10.546	22.915	-	-
Baixas	(4.490)	(14.537)	-	-
Pagamentos do principal	(40.367)	(29.118)	-	-
Pagamentos dos juros	(18.886)	(18.458)	-	-
Juros sobre arrendamentos incorridos no exercício	18.905	18.616	-	-
No fim do exercício	226.767	249.624		
Passivo circulante	60.697	49.919		
Passivo não circulante	166.070	199.705		

14.2. Arrendamentos

A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 14).

14.3. Arrendamentos

Os pagamentos dos arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A taxa incremental utilizada na Companhia para mensuração do valor presente dos arrendamentos é obtida por intermédio da curva da estrutura a termo de juros (ANBIMA), considerando a NTN-B (pós-fixada) e agregando o CDS Brasil (Credit Default Swap) à essa taxa, cuja soma resulta na taxa base de arrendamento "base". Para reproduzir o efeito dos riscos relacionados às diferenças garantias dos ativos, foi considerado no cálculo o rating de risco para o país (ambiente econômico em que a Companhia opera), por ser o mesmo parâmetro utilizado pelo mercado (instituições financeiras e seguradoras) nas operações de empréstimos e de garantias, que configura a taxa de captação da Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de garantia colateral aplicando a taxa de arrendamento "base" aos bens de direito de uso com garantia hipotecária (imóveis) e para os demais ativos é aplicada a taxa de arrendamento "base" ajustada pelo rating divulgado pela Standard & Poors relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o exercício de 2023 foi de 7,61% ao ano.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas decorrem do andamento normal das operações e foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

15.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	2023			2022		
	MS Administração e Participações S.A.	Itaúsa S.A.	NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.	Transtodogaz Locação e Transporte Rodoviário de Cargas Ltda.	Itaú Unibanco S.A.	Outras
	Controladora	Acionista não controlador	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto da Itaúsa S.A.	Coligadas
Ativo circulante						
Aplicações financeiras	-	-	-	-	82.237	-
Contas a receber	-	-	-	-	292	295
Dividendos	-	-	-	-	-	126
Despesas antecipadas	-	-	-	-	5.576	5.576
Passivo circulante						
Fornecedores	4	-	-	3.009	10.632	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	120.082	-
Dividendos e JCP	62.433	59.808	-	-	-	122.241
Mútuo a pagar para partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	788.234	-
Transações						
Receta de vendas	-	-	64	-	3.085	3.149
Serviços de frete	-	-	-	(21.397)	417	(20.980)
Serviços de requalificação de recipientes	-	-	(19.426)	(520)	(25)	(19.971)
Serviço de armazenagem e envaseamento	-	-	-	-	(9.947)	(9.947)
Resultado financeiro	-	-	-	-	(102)	(129.707)
Outras operações	-	-	-	-	(3.391)	(3.391)
Saldo inicial						
2023						
2022						
2021						
Resultado						
Realizações, líquidas						
Perda atuarial						
Total						

16. TRIBUTOS

16.1. Imposto de renda e contribuição social

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo da Companhia são apresentadas a seguir:

	2023				2022			
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
Salários	16.238	-	16.238	11.397	-	11.397	11.397	-
Honorários	11.312	1.819	13.131	9.805	1.880	11.685	-	-
Encargos	4.455	600	5.055	3.775	608	4.383	-	-
Benefícios	1.421	-	1.421	1.538	-	1.538	-	-
Previdência complementar	28	-	28	29	-	29	-	-
Benefício motivado pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	204	-	204	-	-
Remuneração total - pagamento realizado	33.454	2.419	35.873	26.748	2.488	29.236		
Número de membros	14	5	19	13	5	18		

16.2. Imposto de renda e contribuição social

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Fundamento para realização				
Provisão para plano de assistência médica	28.766	61.493	-	-
Perdas de crédito esperadas - PCE	11.792	11.195	9.580/2018,	art. 347, § 1º
Participação nos lucros ou resultados - gestores	37.509	10.963	-	-
Provisão para perda de ICMS próprio	2.782	2.782	-	-
Provisão para perda de ICMS - Portaria CAT e Btributação	2.310	2.310	-	-
Provisão para perdas no ativo imobilizado	18.546	834	-	-
Mais valia de ativos	31.525	38.187	-	-
Provisão para contingências	20.517	16.684	-	-
IRPJ/sprejuízo fiscal e CSLL s/ base negativa	20.842	48.124	-	-
Provisão de custo de remediação passivo ambiental	3.819	4.561	-	-
Provisão para indenizações (pensionamentos)	3.405	3.301	-	-
Provisão de despesas indutíveis	11.441	5.254	-	-
Arrendamentos	8.425	6.996	-	-
Outros	1.311	1.715	-	-
Subtotal ativos	202.990	214.399		
Desapropriação de imóvel	(1.187)	(1.240)	-	-
Atualização de depósito judicial	(10.016)	(9.201)	-	-
Ganho avaliação a valor justo relativo a permuta de participações	(67.552)	(68.782)	-	-
Ágio rentabilidade futura	(98.853)	(8.740)	-	-
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(129.958)	(119.129)	-	-
Depreciação vida útil x depreciação fiscal (arrendamento financeiro)	(123)	(206)	-	-
Subtotal passivos	(307.689)	(207.298)		
Total (*)	(104.699)	7.101		

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

16.3. Demais impostos e contribuições

ICMS a recuperar e a repassar / a pagar

Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar

Crédito PIS não cumulativo

Crédito COFINS não cumulativo

INSS a recuperar

IRRF a pagar

Outros

Total

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente.

A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Política contábil

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

16.4. Impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições

ICMS a recuperar e a repassar / a pagar

Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar

Crédito PIS não cumulativo

Crédito COFINS não cumulativo

INSS a recuperar

IRRF a pagar

Outros

Total

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente.

A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Política contábil

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

16.5. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições

ICMS a recuperar e a repassar / a pagar

Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar

Crédito PIS não cumulativo

Crédito COFINS não cumulativo

INSS a recuperar

IRRF a pagar

Outros

Total

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente.

A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Política contábil

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Ativos fiscais diferidos são reconhec



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O risco de crédito decorre da exposição de crédito a clientes do segmento empresarial e envasado, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Norma de Crédito e Cobrança. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, bem como para minimizar ainda mais o risco, clientes inadimplentes sem uma posição de regularização da carteira, passam a comprar na condição "A Vista Antecipado" evitando assim aumento na exposição de crédito.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **25.3.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito** No tocante ao Risco de Crédito e Gestão de Cobrança, a Companhia possui Norma de Crédito e Cobrança na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por todas as unidades da Companhia e monitoradas, definindo claramente as regras para garantir e recuperar os créditos da Companhia no âmbito da Gestão de Cobrança: prazos, formas de atuação corretiva e preventiva, entre outros.

25.3.2. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito e gestão de cobrança A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua (empresarial e envasado). As regras, bem como as tabelas de alçadas de aprovações, estão definidas na Norma de Crédito e Cobrança da Companhia. Quanto à Gestão de Cobrança, a Companhia, através da utilização do sistema integrado SAP ECC, tem como principal ferramenta de controle o bloqueio de faturamentos a clientes inadimplentes e para clientes que estejam com seu limite de crédito excedido ou vencido. Este bloqueio faz com que as solicitações de novos faturamentos, antes de sua liberação, passem pela análise da área comercial e financeira da Companhia e com isso o eventual risco na concessão de crédito, bem como de inadimplência, é mitigado consideravelmente.

25.3.3. Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito É prática da Companhia priorizar a obtenção de garantias (hipoteca) de clientes para as vendas a prazo. **25.4. Risco de liquidez** A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, financiamento de projetos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	2023		2022		Superiores	
	Total	Até 1 ano	Total	Até 1 ano	há 1 ano	há 1 ano
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	289.955	289.955	-	242.420	242.420	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.832.354	291.530	1.540.824	2.107.804	356.122	1.751.682
Dividendos a pagar	122.241	122.241	-	65.866	65.866	-
Total	2.244.550	703.726	1.540.824	2.416.090	664.408	1.751.682

25.4.1. Gerenciamento de risco de liquidez A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos de médio e longo prazo, incluindo financiamento de fornecedores e projetos. **25.4.2. Cláusulas restritivas (covenants)** A Companhia possui contratos de debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (covenants), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

Segue índice requerido de *covenants* financeiros vigentes:

- Divida líquida/EBITDA (*) menor ou igual a 3,5

	2023		2022	
	1.832.354	2.107.804	522.717	274.963
Dívida bruta	1.832.354	2.107.804	522.717	274.963
Caixa e equivalentes de caixa	522.717	274.963	1.309.637	1.832.841
Dívida líquida	1.309.637	1.832.841	1.119.473	890.835
EBITDA	1.119.473	890.835	1,17	2,06
Divida líquida/EBITDA	1,17	2,06		

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas demonstrações contábeis da Companhia e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar "waiver" dos credores. Em 31 de dezembro de 2023 todas as obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude. **25.5. Risco de mercado** Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos

DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Antonio Carlos Moreira Turquetto	Eduardo Elias Zahran Filho	Pedro João Zahran Turquetto
Diretor Presidente	Diretor	Diretor
Leticia de Paula Freitas Birgel - Contadora - CRC 1SP336429/O-0		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas **Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.** **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA** **Redução ao valor recuperável de ativo por expectativa de rentabilidade futura (Nota explicativa 10)** A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ativo fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020 no montante de R\$ 1.408.896 mil. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido do GLP, volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outros. Para efetuar o cálculo do valor recuperável do ativo, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável do ativo, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções. Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de

especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema, estão adequadas perante a norma. **Porque é um PAA** **Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego (Nota explicativa 17)** A administração da Companhia efetua avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados e constitui passivo para os benefícios de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outros. Consideramos que esse tema permanece como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Entre outros procedimentos, obtivemos entendimento e testamos as informações dos participantes nos bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos especialistas externos para a elaboração dos cálculos atuariais. Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica dos especialistas externos contratados pela administração, bem como analisamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos. Por fim, efetuamos recálculo do valor presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego. Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distante de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2024



Sérgio Eduardo Zamora
Contador - CRC 1SP168728/O-4